

Teoria Econômica – um manifesto acadêmico

Por um Pensamento Econômico Heterodoxo Dominante: Um Manifesto Acadêmico*

*Luiz Carlos Bresser-Pereira***

Resumo: O núcleo duro do pensamento econômico neoclássico (equilíbrio geral, macroeconomia das expectativas racionais e modelos de crescimento endógeno) está essencialmente equivocado, porque adota um método hipotético-dedutivo que é apropriado para as ciências metodológicas, enquanto que uma ciência social substantiva exige um método empírico ou histórico-dedutivo. Embora a microeconomia marshalliana também seja hipotético-dedutiva, ela é uma realização importante porque na verdade fundou uma ciência metodológica: a tomada de decisões econômicas, mais tarde completada pela teoria dos jogos. Como o pensamento dedutivo permite o raciocínio matemático, os modelos resultantes são aparentemente científicos e constituem o núcleo do pensamento econômico dominante. Mas muitas vezes são “raciocínios” econômicos, não teorias reais capazes de prever e orientar. Esse fato tornou-se óbvio na crise financeira global de 2008. Agora é a hora de mudar o pensamento dominante, e o presente trabalho é um manifesto acadêmico nesse sentido. Precisamos de uma teoria econômica modesta e pragmática – uma economia keynesiano–estruturalista que leve em conta não apenas a agência, mas também as estruturas e instituições.

Palavras-chave: pensamento dominante; ortodoxia; heterodoxia; teorias; raciocínios; método.

Classificação JEL: B400, B500, C020.

De repente, após a crise financeira global de 2008, percebemos todos que o rei estava nu. O pensamento econômico neoclássico, predominante desde o final dos anos 1970 nas universidades e na formulação de políticas, repetiu o fiasco de 1929: mostrou-se mais uma vez incapaz de explicar e prever o comportamento dos sistemas econômicos ou de orientar a formulação de políticas. Baseada nos pressupostos do homo economicus e das expectativas racionais e adotando um método hipotético-dedutivo, a teoria econômica neoclássica sustentava que os mercados eram eficientes e autorreguladores. Não eram. Sustentava também que as falhas de mercado existentes eram essencialmente insignificantes, enquanto

* Trabalho apresentado no Congresso Anual da EAEPE [Associação Europeia de Economia Política Evolucionária] em 2011, “O Legado de Schumpeter: A Evolução da Teoria da Evolução”, Viena, 27–30 de outubro de 2011.

** Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas. Correspondência: Rua Araripina 132, Cep 05603-030, São Paulo; e-mail: bresserpereira@gmail.com

elas eram significativas e generalizadas. Afirmava que, para garantir a estabilidade financeira e de preços, o crescimento rápido e uma distribuição justa de renda, bastaria garantir os mercados, proteger os direitos de propriedade e os contratos e manter as finanças públicas em equilíbrio, mas isso também era falso. Embora a competição de mercado devesse automaticamente levar a um crescimento rápido, a experiência histórica demonstrou sistematicamente que para alcançar os desenvolvidos [catching up] é necessária uma ação vigorosa do Estado. Embora mercados financeiros desregulados devessem garantir a estabilidade financeira, o enorme aumento das bolhas de ativos e das crises financeiras após o colapso dos acordos de Bretton Woods, demonstrou que isso simplesmente não era verdade. No entanto, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a vitória das economias de mercado sobre as economias centralizadas, obscureceram essas simples verdades. Um neoliberalismo triunfante viu nesses acontecimentos a confirmação da superioridade dos mercados totalmente livres não apenas sobre os mercados regulados, ignorando que uma coisa são as economias centralizadas, e outra, mercados bem regulados.

No âmbito acadêmico, a possibilidade de construir modelos matemáticos sofisticados e relativamente consistentes usando os modelos matemáticos hipotético-dedutivos (enquanto os economistas keynesianos e estruturalistas do desenvolvimento ou institucionalistas históricos usam o método histórico-dedutivo, que não exige ou permite o uso de matemática sofisticada) tornou a teoria econômica neoclássica cada vez mais atraente para os departamentos de economia das principais universidades. O platonismo – a crença de que verdade e realidade estão nas ideias a serem alcançadas por meio do puro pensamento racional – sempre atraiu filósofos e intelectuais. Aristóteles, há muito tempo, criticou o caráter essencialmente não científico dessa abordagem. Atualmente, no caso das ciências substantivas, há um razoável consenso de que os argumentos científicos exigem uma demonstração de compatibilidade com a realidade. O critério de verdade para as ciências substantivas é a compatibilidade de seus argumentos com a realidade, não sua coerência interna. Mas os economistas neoclássicos ignoram esse princípio, e veem no caráter matemático e relativamente coerente de suas teorias centrais a “prova” de que são “científicas”. Por outro lado, viram nos modelos abstratos derivados do método hipotético-dedutivo um dispositivo prático para distinguir o ensino de pós-graduação do ensino de graduação.

Nos anos 1990, enquanto prêmios Nobel eram atribuídos a economistas em reconhecimento aos seus esforços matemáticos, o sonho dos mercados perfeitos acabou sendo simbolizado pelo modelo anglo-saxônico de capitalismo que a teoria econômica neoclássica justificava. Nessa época, o critério que distinguia os bons dos maus governos, os competentes dos “populistas”, os atrasados dos

modernos, era simples: se eles eram favoráveis ao mercado ou “reformistas”, em contraposição aos que apoiavam a regulação estatal. Mas esses argumentos eram sistematicamente desmentidos pelos fatos: o desempenho econômico dos 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1979–2008) foi substancialmente inferior ao dos 30 Anos Dourados do Capitalismo (1949–1978) que os precederam; as crises financeiras tinham praticamente desaparecido nos anos de Bretton Woods, quando a teoria econômica keynesiana dominava, ao passo que aumentaram dramaticamente a partir da década de 1980 em frequência e poder de destruição. A crise financeira global de 2008 foi, principalmente, produto da desregulação deliberada dos mercados financeiros, “cientificamente” justificada pela teoria do equilíbrio geral e pela hipótese dos mercados financeiros eficientes, e não foi tão grave como a Grande Depressão dos anos 1930 porque, em toda parte, os governos adotaram políticas monetárias e fiscais heterodoxas para neutralizá-la, e porque os países que mantiveram seus mercados regulados, como foi o caso da China e da Índia, mostraram-se muito mais resistentes à crise de 2008, enquanto os líderes políticos que na década de 1990 eram retratados como “reformistas” heroicos – Boris Yeltsin, na Rússia e Carlos Menem, na Argentina – levaram seus países a grandes crises econômicas. Na década de 1990, os organismos financeiros internacionais sistematicamente apoiaram os déficits em conta-corrente ou a política de financiamento do crescimento com poupança externa que levaram muitos países em desenvolvimento a crises monetárias. Finalmente, a economia comportamental demonstrou repetidamente, com pesquisas experimentais, que os pressupostos do homo economicus sobre os quais se baseia o método hipotético-dedutivo eram apenas ficção.

Tudo isso é verdade. Tudo condenava o neoliberalismo e a teoria econômica neoclássica. Tudo indicava que os economistas deveriam ser menos arrogantes e ambiciosos em termos de teoria econômica e mais realistas na compreensão ou interpretação dos sistemas econômicos. Tudo sugeria que, para atingir o crescimento, deveríamos voltar aos modelos histórico-dedutivos mais modestos, desenvolvidos pela teoria econômica clássica e pela teoria estruturalista do desenvolvimento econômico e que, para atingir o pleno emprego, preços estáveis e estabilidade financeira, deveríamos voltar à teoria macroeconômica de Keynes, Kalecki e Minsky. Mas, durante 30 anos, a teoria econômica neoclássica legitimou uma ideologia radical de livre mercado, enquanto os leigos em economia (a imensa maioria dos cidadãos) se submetiam a um conjunto de conhecimentos que tinha um grande impacto sobre suas vidas, e que eles se sentiam incapazes de compreender em razão da sofisticação matemática. Foi necessária uma crise financeira tão profunda como a de 2008 para que os políticos e os cidadãos perdessem confiança na ortodoxia econômica e na formulação ortodoxa de políticas,

e para que um número cada vez maior de economistas se questionasse sobre os verdadeiros “fundamentos” de sua ciência.

Na verdade, o que se exige hoje é uma crítica radical da teoria econômica neoclássica – uma crítica metodológica – e uma crítica da formulação ortodoxa de políticas, além da apresentação de alternativas razoáveis. Em substituição, temos já disponíveis teorias que adotam o método histórico-dedutivo: a “teoria econômica geral” (os conceitos e relações básicos sobre os quais há um relativo consenso entre os economistas), a teoria econômica pós-keynesiana, a antiga teoria institucionalista e a teoria estruturalista. Como essas teorias são históricas, precisam ser permanentemente revistas e atualizadas. Quanto a políticas alternativas responsáveis, os economistas dos países ricos deveriam estudar, entre outras iniciativas, a estratégia neodesenvolvimentista que economistas estruturalistas vêm desenvolvendo e discutindo nos últimos anos. Na verdade, o que é necessário não é apenas uma alternativa teórica, mas várias – uma multiplicidade de alternativas. Não alternativas formais e totalmente abrangentes, mas mais modestas e menos contaminadas pela certeza, alternativas que usam o método histórico-dedutivo e tentam fazer interpretações razoáveis de como funcionam os sistemas econômicos.

Neste trabalho, argumento em favor de um novo pensamento dominante – um pensamento dominante que seja modesto em relação à verdade, pluralista, porque aberto a diferentes abordagens de uma realidade muito complexa e em mudança, e heterodoxo porque, embora a heterodoxia não seja garantia de se estar correto, a ortodoxia é sempre errada e maléfica, porque as ortodoxias implicam certeza e intolerância. E tento apresentar estratégias retóricas que podem ser úteis para alcançar esse objetivo.

O núcleo neoclássico

O pensamento econômico dominante – a teoria econômica que tem sido ensinada nos cursos de pós-graduação das universidades de maior prestígio desde o final dos anos 1970 – é atualmente uma variada, e quase sempre contraditória, constelação de conhecimentos. A teoria econômica neoclássica continua sendo o núcleo desse pensamento mas, a fim de não perder totalmente o contato com a realidade, seus partidários não hesitam em cooptar – legitimando assim seu ensino nos programas de pós-graduação em economia – escolas de pensamento como a economia comportamental e a economia experimental, o novo institucionalismo e a teoria dos jogos, que são incompatíveis com o núcleo neoclássico. John B. Davis (2007) observa que “todas as novas abordagens sustentam pressupostos fundamentais em conflito com a ortodoxia neoclássica e, portanto, deveriam ser

vistas como heterodoxas”. Apesar disso, tais abordagens fazem parte do pensamento dominante. Esse processo de cooptação – ou cadeia de compromissos – avançou tanto, e as contradições dentro do pensamento dominante tornaram-se tão profundas, que David Colander (2000) julgou procedente anunciar “a morte da teoria econômica neoclássica”. Ele estava errado; ela ainda está viva, e provavelmente continuará viva por muito tempo, nas universidades, na medida em que os economistas acadêmicos insistam em construir uma ciência tão matemática quanto a física, ou mesmo a própria matemática. Não é afirmando que a ortodoxia neoclássica não existe mais que conseguiremos derrotá-la. Em lugar disso, o que temos que fazer é definir claramente o “núcleo neoclássico” e limitar nossa crítica a ele. A alternativa de criticar tudo não leva ao compromisso que necessariamente envolve ser da corrente dominante.

Por núcleo neoclássico entendo o modelo walrasiano do equilíbrio geral, a macroeconomia das expectativas racionais e os modelos de crescimento neoclássicos. Excluo a microeconomia marshalliana desse núcleo, não porque eu não lhe atribua importância, mas porque encaro a microeconomia, assim como a teoria dos jogos, não como parte da teoria econômica, mas como constituindo uma ciência diferente: a teoria da tomada de decisões econômicas. Se eu tivesse de indicar somente cinco grandes economistas, Alfred Marshall estaria nessa lista, em razão de sua diagramática teoria dos mercados. Mas, ao contrário do que ele pretendia e ao contrário do pensamento neoclássico, sua microeconomia hipotético-dedutiva não forneceu os “microfundamentos” para a teoria macroeconômica (combinada com o modelo do equilíbrio geral de Leon Walras), mas foi a base de uma ciência metodológica denominada tomada de decisões econômicas. Na medida em que rejeitamos o caráter hipotético-dedutivo da teoria econômica, deixamos de precisar de microfundamentos ou de um modelo de homem para ela. A grande contribuição de Alfred Marshall foi o desenvolvimento de um extraordinário método para analisar os mercados e tomar decisões econômicas. Em sua análise gráfica, ele não diz como os sistemas econômicos funcionam, mas como deveriam funcionar, se os agentes econômicos usassem racionalmente os modelos heurísticos que ele desenvolveu. Isso não estava claro para ele, mas sabemos que consequências não previstas de nossas ações podem ser muito boas. Marshall desenvolveu um sistema de raciocínio hipotético-dedutivo que é legítimo porque é usado para desenvolver uma ciência metodológica, porque não diz como os sistemas econômicos funcionam (isso é o que uma ciência substantiva como a economia deveria fazer), mas oferece uma maneira de raciocinar e de tomar decisões de mercado. Não é coincidência que, na esteira de sua grande contribuição, muitos economistas, começando com Lionel Robbins (1932), tenham decidido chamar a economia de “a ciência da escolha”. Não é; a economia é a ciência dos sistemas econômicos; mas a definição

de Robbins mostra como foi grande a influência de Marshall. Por outro lado, não é por acaso que desde a década de 1970 os manuais de microeconomia tenham dedicado muitas páginas à teoria dos jogos; ao fazer isso, seus autores têm colocado a microeconomia ao lado de um ramo explícito da teoria da decisão.

O núcleo neoclássico é composto de um grupo de modelos hipotético-dedutivos que objetivam oferecer uma visão fechada e abrangente de um sistema econômico atemporal. Do mesmo modo que a matemática e a estatística partem de alguns axiomas para desenvolver sua ciência metodológica, a teoria econômica neoclássica parte das hipóteses da racionalidade perfeita ou do interesse próprio, dos retornos decrescentes, do caráter ergódico dos eventos econômicos, e de mercados altamente (não necessariamente “perfeitamente”) competitivos para deduzir todo o sistema econômico. O resultado principal desse individualismo metodológico foi o modelo do equilíbrio geral. É um modelo incompleto, um sistema econômico onde não há dinheiro; é apenas uma bela abstração. Ter esse modelo como o núcleo da teoria econômica é algo que mais prejudica do que auxilia a compreensão dos sistemas econômicos. Se, ao contrário, assumirmos que os agentes econômicos não costumam ser tão racionais; que os mercados são instituições que só funcionam razoavelmente bem quando estão bem reguladas; que os eventos não são ergódicos; e que muitas vezes temos retornos crescentes, seremos menos “precisos”, mas será menor a probabilidade de cometermos grandes erros e de provocarmos grandes crises financeiras. Não seremos vítimas do erro que Paul Davidson (1982 [1992]: 65) resumiu brevemente referindo-se aos economistas neoclássicos: “eles preferem estar precisamente errados a estarem mais ou menos certos e acurados”.

Nos anos 1930, principalmente em razão das contribuições de John Maynard Keynes e Michael Kalecki, surgiu um novo e poderoso modelo de explicação dos sistemas econômicos – a teoria macroeconômica – usando uma abordagem histórica ou empírica para a compreensão dos sistemas econômicos, semelhante àquela adotada pelos economistas políticos clássicos. Por essa razão – e também porque ele concluía que era necessária uma permanente regulação estatal dos mercados para alcançar a estabilidade e o pleno emprego – os economistas neoclássicos o rejeitaram. Eles o rejeitaram por sua falta de precisão e por razões ideológicas. “Faltam microfundamentos a esse modelo!” exclamaram. E começaram a procurar o Santo Graal – um modelo macroeconômico compatível com os microfundamentos ou com o comportamento racional individual. Na década de 1970, Robert Lucas era o “herói” dessa busca. Com base em seu modelo, no qual as expectativas racionais desempenhavam um papel importante, era possível construir uma teoria macroeconômica dotada de microfundamentos e também demonstrar que a política econômica é ineficaz porque é neutralizada pelas expectativas dos agentes econômicos.

Mas ainda havia um problema a ser resolvido: tornar o modelo dinâmico e endógeno. Robert Solow havia criado um modelo de crescimento que era compatível com o pressuposto neoclássico da possibilidade plena de substituição do capital pela mão de obra e vice-versa, mas, em sua teoria, o progresso tecnológico era exógeno. Em 1986, Paul Romer, seguido por Robert Lucas, dominou a matemática formidável que tornou o progresso tecnológico uma parte integrante do modelo de crescimento – uma variável endógena. É verdade que, antes deles, Smith, Marx e Schumpeter já tinham chegado a essa conclusão e já a haviam incluído em sua teoria do desenvolvimento econômico... Bem, mas eles não tinham feito uma demonstração formal, matemática – e essa é a única coisa que conta na teoria econômica neoclássica. Depois desses dois acréscimos, a economia foi vista como “completa”: “todos os problemas tinham sido resolvidos”. Eu nunca tinha ouvido essa afirmação em relação aos modelos endógenos, mas ouvi isso pessoalmente de Robert Lucas em relação à macroeconomia na década de 1980, durante uma visita a São Paulo. E agora que a macroeconomia estava “completa” porque ele tinha resolvido todos os problemas teóricos macroeconômicos, seu foco tinha mudado para a teoria do crescimento...

As novas ideias tomaram conta das universidades; produziram a Escola de Economia Neoclássica, na Universidade de Chicago e a Escola de Economia Neokeynesiana, no MIT e na Universidade de Harvard. Embora a Escola de Economia Neokeynesiana seja menos ortodoxa ou menos radical, na medida em que leva em conta as falhas de mercado que são essencialmente ignoradas pela Escola de Economia Neoclássica, ambas as escolas se inserem no núcleo da teoria econômica neoclássica, e ambas desenvolvem e ensinam a teoria econômica matemática baseada em axiomas. O debate entre seus membros pode ser interessante, mas é interno e em última instância irrelevante.

Esse é o núcleo neoclássico. Essencialmente, é uma fantasia pretensiosa, sem legitimidade empírica; um produto do platonismo – a absurda crença de que as ideias racionais existem independentemente da realidade; uma verdade intolérante; uma nova versão da escolástica medieval. Na verdade, o núcleo neoclássico é um modelo não verificável, que não pode e não precisa ser empírica ou historicamente demonstrado. O critério de verdade implícito não é a conformidade com uma realidade empiricamente constatada, mas a coerência interna, a consistência lógica – o critério das ciências metodológicas. Se a realidade não estiver em conformidade com o modelo, isso não significa que o modelo está errado. Significa apenas que o mercado está errado, e quando as falhas de mercado forem resolvidas, a realidade refletirá fielmente o modelo verdadeiro e sem defeitos...

Será que estou querendo dizer que toda a teorização da macroeconomia neoclássica é inútil? Sim. Ou, nas palavras de Willem Buiter (2009: 1) que agrega competência técnica ao fato de ter sido um membro externo do Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra, a teoria econômica neoclássica é uma “distração voltada para si mesma, na melhor das hipóteses”. Em suas palavras:

A maior parte das inovações teóricas macroeconômicas da corrente dominante desde a década de 1970 (a revolução neoclássica das expectativas racionais associada a nomes como Robert E. Lucas Jr., Edward Prescott, Thomas Sargent, Robert Barro etc., e a teorização neokeynesiana de Michael Woodford e muitos outros) acabou sendo autorreferente, distrações voltadas para si mesmas, na melhor das hipóteses.

Ou, nas palavras de Narayana Kocherlakota, Presidente do Federal Reserve [Banco Central] de Mineápolis (2010: 1): “acredito que durante a última crise financeira, os macroeconomistas (e me incluo entre eles) frustraram o país e, na verdade, o mundo”.

Muitos macroeconomistas neoclássicos opuseram-se à “pureza” da macroeconomia das expectativas racionais e tentaram ser mais empíricos. Edward Prescott fez uma tentativa aparentemente mais “bem-sucedida” nesse sentido, mas sua teoria do “ciclo real de negócios” que se tornou dominante nas universidades a partir do final dos anos 1990 é apenas uma nova versão da teoria das expectativas racionais. As crises não estão relacionadas ao ciclo de negócios, mas derivam de choques tecnológicos exógenos que foram modelados ou simulados com o auxílio de sofisticados instrumentos matemáticos utilizando dados reais. Quanto ao desemprego, continuou sendo produto de uma escolha racional por parte dos trabalhadores...

Mais bem-sucedida em se separar do núcleo neoclássico foi a “Nova Economia”, relacionada aos trabalhos de Paul Krugman e Joseph Stiglitz, que enfatizavam a competição imperfeita de mercado, a informação assimétrica e os retornos crescentes de escala. Mas, como nota William Milberg (2004: 6), “a Nova Economia não provocou um abandono da construção de modelos matemáticos selecionados”. Mas, em formulação de políticas, esses dois eminentes economistas foram capazes de se distinguir totalmente dos analistas e formuladores de políticas ortodoxos. E não acredito que Krugman (1999) repetiria hoje o que disse anos atrás: que a economia só se torna ciência quando é formalizada, que (usando seu exemplo) o modelo do “big push” [grande empurrão] de Rosenstein-Rodan (1943) só se tornou ciência quando foi formalizado por Kevin M. Murphy, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny (1989).

Outros ramos

Dentro do pensamento dominante há muitos outros economistas sérios e respeitáveis. Mas eles são assim considerados porque até podem ensinar, mas, no final, não levam muito a sério o núcleo neoclássico. E há teorias que são heterodoxas, mas foram aceitas ou cooptadas pelo pensamento dominante, como é o caso da Economia Comportamental, que demonstrou como os agentes econômicos são limitadamente racionais, e também o caso da Economia Clássica Institucional, de Thorsten Veblen e John R. Commons, que desempenhou um papel importante na definição de políticas na primeira parte do século XX, nos Estados Unidos. A Nova Economia Institucional poderia ser incluída na mesma categoria se se limitasse ao uso do conceito de custos de transação no raciocínio microeconômico: seria parte da teoria da tomada de decisões. Assim, seria um acréscimo à teoria marshalliana da tomada de decisões econômicas. Mas os economistas neoinstitucionalistas são mais ambiciosos: eles partem do pressuposto absurdo de que “no início era o mercado” e pretendem explicar a existência de organizações e do Estado usando o conceito de custos de transação. Quando fazem isso, eles se perdem, e seu raciocínio se torna apenas uma parte da justificação ideológica do fundamentalismo de mercado, lado a lado com a teoria econômica neoclássica.

Dentro do pensamento dominante há três outros grandes ramos que fazem parte do pensamento econômico dominante e deveriam continuar a fazer parte de um pensamento heterodoxo dominante. Em primeiro lugar está a Escola de Microeconomia Aplicada, que é endossada por um grande e crescente número de economistas que fazem estudos específicos tentando correlacionar uma variável com outra, com o auxílio da econometria: o crescimento com a acumulação de capital, ou com o progresso tecnológico, ou com as instituições; a inflação com a oferta monetária, ou com o déficit orçamentário, ou com a inflação prévia; o desempenho educacional com gastos em educação, ou com um método específico de educação, ou com a escolaridade dos pais etc. etc. Sua pesquisa é relativa, não se baseia em uma “grande teoria”, mas em algumas hipóteses específicas e geralmente razoáveis. Como observa Colander (2000: 139), “a moderna microeconomia aplicada consiste em uma cesta de modelos com um modelo para cada finalidade”. A maior parte das pesquisas apenas demonstra o óbvio, mas algumas podem ser bastante interessantes e ajudar na formulação de políticas. Seus adeptos, que hoje em dia são amplamente dominantes nas universidades, acreditam que seus estudos se baseiam na teoria econômica neoclássica, porque não distinguem claramente a teoria econômica neoclássica da “teoria econômica geral”, isto é, da soma de conhecimentos compartilhada pela comunidade dos economistas sobre como funcionam os sistemas econômicos, independentemente da escola de

pensamento, e também porque lhes foi ensinado que nenhum estudo econométrico deveria ser feito sem uma teoria subjacente para explicar o que está sendo pesquisado. Assim, fazem uma análise de regressão correlacionando crescimento com educação, e dizem que estão “usando o modelo de Solow”. Não estão. Estão apenas, e muitas vezes legitimamente, correlacionando duas variáveis que são provavelmente correlacionadas.

Em segundo lugar, temos os modelos de simulação que buscam simular sistemas econômicos por meio de um sistema de equações. Costumam ser chamados de modelos de equilíbrio geral, mas não estão exatamente baseados no modelo walrasiano do equilíbrio geral. Ao contrário, baseiam-se em uma útil ferramenta de planejamento, a tabela de input-output [entradas-saídas] de Leontief. O mesmo se aplica aos modelos stock-flow baseados no trabalho de Robert W. Clower. Essas simulações são sempre precárias, mas podem ser úteis se os modelos específicos ou teorias parciais que as embasam forem bons, se os dados forem confiáveis e, principalmente, se forem tratadas com cuidado e usadas com prudência.

Em terceiro lugar, dentro do pensamento dominante, mas não no núcleo neoclássico, temos os formuladores de políticas econômicas e suas análises e propostas. Há um grande número de formuladores e analistas de políticas: eles trabalham para o governo, para organizações multilaterais, para bancos, para grandes empresas, para jornais e revistas especializadas. A rejeição radical do núcleo neoclássico que proponho e a formação de um novo pensamento dominante só farão sentido se distinguirmos os analistas e os formuladores de políticas econômicas das ideias teóricas que adotam. Entre eles há muitos profissionais competentes que fazem análises econômicas competentes e propõem ou adotam políticas econômicas sensatas. Como podem eles se sair relativamente bem, como podem muitas vezes estar certos, se a teoria em que foram treinados nos cursos de pós-graduação em economia, e que eles supõem constituir a base de seu raciocínio, está errada? As explicações desse aparente paradoxo são simples. Em primeiro lugar, a maioria desses economistas é altamente inteligente; os programas de pós-graduação em economia são muito seletivos em sua aceitação de candidatos. Em segundo lugar, os programas não ensinam uma teoria econômica sensata, mas ensinam a pensar abstratamente; a matemática e a teoria da microdecisão são muito úteis nesse sentido. Em terceiro lugar, eles não aplicam os absurdos modelos macroeconômicos e de crescimento que aprenderam nos cursos de pós-graduação, mas a teoria econômica muito mais razoável e modesta que aprenderam em bons manuais de graduação. Nesses manuais, a macroeconomia continua sendo essencialmente keynesiana, apesar do viés monetarista e – o que é muito pior – do viés das expectativas racionais que aparecem aqui e ali nos mais recentes.

O fato de que formuladores de políticas econômicas não utilizam necessariamente a teoria macroeconômica neoclássica em seu trabalho ficou claro para mim há muito tempo. Sempre discordei dos economistas ortodoxos que oferecem uma panaceia para todos os problemas, a saber, “cortar os gastos públicos” (e também sempre rejeitei a tendência oposta dos keynesianos vulgares que propõem “aumentar os gastos governamentais” como cura para todos os males); muitas vezes discordei da excessiva severidade do FMI nos processos de ajuste; desde o início dos anos 1990 tenho sido um crítico do Consenso de Washington sobre como promover o crescimento e a estabilidade nos países em desenvolvimento. Mas muitos dos erros envolvidos nessas políticas derivaram de preconceitos ideológicos e não de argumentos teóricos. Além disso, minha discordância em relação a essas políticas foi quase sempre uma questão de grau. As políticas não estão sempre e essencialmente erradas, como acontece com o núcleo neoclássico.

O núcleo neoclássico é relevante para os formuladores de políticas, não porque eles basearam suas políticas diretamente na teoria macroeconômica neoclássica, mas porque a teoria econômica neoclássica era o fundamento “científico” da ideologia neoliberal que foi hegemônica nos 30 anos entre 1979 e 2008. Minha experiência pessoal na área de formulação de políticas me ajudou a entender isso. Em seu excelente livro sobre a independência dos bancos centrais, Alan Blinder (1998) escreveu que, ao contrário de seus colegas responsáveis por bancos centrais, ele acreditava em modelos macroeconômicos, mas sempre usava “quatro deles”, o que significa que não confiava em “apenas um único modelo racional”. Essa é uma boa indicação de como é precária a teoria econômica e de como são importantes, na formulação de políticas, a inteligência, uma mente aberta, um raciocínio abrangente e prudência. Mas a demonstração definitiva de minha convicção de longa data (e que é também uma fascinante “confissão” do fracasso do núcleo macroeconômico neoclássico por um de seus mais conhecidos colaboradores) é o estudo revelador de Gregory Mankiw (2006), O macroeconomista como cientista e engenheiro. O professor de Harvard começa dizendo que trabalhou em Washington durante dois anos (foi Presidente do Conselho de Assesores Econômicos nos dois primeiros anos do governo de G. W. Bush) e, para sua surpresa, percebeu que, em Washington, os formuladores de políticas econômicas não usavam os “modelos científicos” desenvolvidos pela universidade:

A triste verdade é que a pesquisa macroeconômica das últimas três décadas teve apenas um impacto limitado sobre a análise prática da política monetária ou fiscal... A pesquisa neoclássica e neokeynesiana teve pouco impacto sobre os macroeconomistas práticos que estão encarregados da difícil tarefa de conduzir a política monetária e fiscal efetiva. (2006: 19, 21)

De acordo com Mankiw, economistas de políticas usam em sua formulação de políticas certo tipo de “engenharia econômica” – algumas análises simples e propostas de política correspondentes. E quem é o saudoso economista que inspira esses engenheiros econômicos não científicos? Ninguém mais que John Maynard Keynes! Ninguém mais que o maior e mais influente economista do século XX. Mas, de acordo com o viés neoclássico, Keynes não produziu “ciência verdadeira”. Porque, quando um economista neoclássico lê A Teoria Geral, sua experiência é assim resumida por Gregory Mankiw: “é ao mesmo tempo estimulante e frustrante... a análise parece incompleta em termos de lógica. Há muitos fios que ficam soltos.”

Na verdade, o que faz com que os formuladores de políticas neoclássicos nem sempre estejam errados é o fato de eles utilizarem as teorias de Keynes, e não aquelas produzidas pelos teóricos neoclássicos que lecionam nas grandes universidades. Basear-se em Keynes não é garantia de estar certo, mas é uma garantia de não estar necessariamente errado, enquanto que se basear no núcleo neoclássico prejudica o pensamento e conduz ao caminho errado na formulação de políticas, a não ser que se seja suficientemente inteligente e intuitivo para ignorar esse núcleo e seus fundamentos.

Raciocínio e teoria

Além de estarem essencialmente errados, o modelo do equilíbrio geral, a teoria macroeconômica neoclássica e a teoria dos mercados financeiros eficientes são teorias perigosas. Estão erradas – e não estou indo longe demais ao dizer isso – porque adotam um método inadequado, o método hipotético-dedutivo. Não posso chegar à verdade quando uso o método errado. É verdade que, quando uso o método correto, não tenho garantia de chegar à verdade, mas posso pragmaticamente estar chegando perto da verdade, enquanto isso não é possível quando tento construir uma ciência social e substantiva, como a economia, partindo de axiomas e deduzindo tudo o mais.

Mas não devemos misturar modelos neoclássicos com “raciocínios econômicos”. Os modelos neoclássicos (dos quais estou excluindo os modelos da tomada de decisões ou da escolha) são modelos que tentam explicar e prever o comportamento dos sistemas econômicos, enquanto os raciocínios econômicos são apenas relações lógicas entre variáveis econômicas. Não são modelos econômicos, mas raciocínios, porque os modelos são generalizações de um comportamento econômico real, envolvendo uma relação de causa e efeito, não apenas relações lógicas entre variáveis.

Vejam, por exemplo, a lei das vantagens comparativas. É apenas um raciocínio econômico, não uma teoria. Diz apenas que o comércio entre dois países que produzem os mesmos dois bens comercializáveis será racional para ambos os países mesmo se um deles tiver uma vantagem absoluta na produção dos dois bens, desde que em um deles, o país menos eficiente, tenha uma vantagem comparativa. Como raciocínio, não há nada a objetar. Mas desse raciocínio David Ricardo derivou uma teoria, um modelo, afirmando que “países que aproveitassem suas vantagens comparativas cresceriam mais do que aqueles que não o fizessem”. Esse era um modelo, ou uma teoria, e estava errado como a história demonstrou mais de uma vez. Se, no século XIX, a Alemanha tivesse acreditado no argumento dos economistas ricardianos de que suas vantagens comparativas estavam na agricultura, não teria desenvolvido uma indústria manufatureira substancialmente mais eficiente do que a indústria britânica, já naquele século. Um raciocínio econômico é um exercício lógico estático, enquanto as teorias econômicas, em particular as teorias do crescimento, são teorias que, para serem verdadeiras, precisam ser mais do que lógicas, precisam ser práticas ou úteis para orientar a formulação de políticas.

Outro exemplo é o trilema neoclássico de Robert Mundell. É novamente um raciocínio interessante, mas não é uma generalização sobre como os países fazem políticas, porque eles não operam nos três pontos do triângulo, mas em algum lugar dentro dele, de forma a poderem combinar as três políticas. O triângulo de impossibilidades é uma amostra de raciocínio hipotético-dedutivo e normativo que, como a lei da vantagem comparativa, pode ser muito perigoso para os países que o combinam com um modelo econômico e o põem em prática esperando alcançar o crescimento com estabilidade. Embora Schumpeter não tenha feito distinção entre teoria econômica e raciocínio econômico, ele provavelmente teve uma intuição nesse sentido quando chamou de “vício ricardiano” a inferência de orientações políticas diretamente a partir de modelos altamente abstratos. Teorias são construídas para prever comportamentos e orientar políticas. Se não fizerem isso, se forem meros raciocínios, darão origem ao vício ricardiano e, portanto, não serão boas teorias.

Toda a abordagem neoclássica está errada porque é uma soma de raciocínios derivados do método hipotético-dedutivo e, por essa razão, não está comprometida com a realidade, mas com um ideal de racionalidade. Os economistas heterodoxos (keynesianos, schumpeterianos, comportamentais, marxistas, antigos institucionalistas etc.) vêm tentando há muito tempo demonstrar, caso a caso, por que cada modelo neoclássico não corresponde aos sistemas econômicos que teoricamente deveriam explicar. Esse é um trabalho de Sísifo, porque, mesmo se as evidências demonstrarem que os modelos neoclássicos não correspondem à realidade,

o economista neoclássico argumentará – ou manterá sua profunda convicção nesse sentido – que, mesmo assim, os modelos são racionais, coerentes, consistentes, matemáticos – e, portanto, “são corretos”. No Brasil a inflação foi muito, muito alta na década de 1980, e não tinha nenhuma relação com a oferta monetária (que era totalmente endógena) ou mesmo com os déficits orçamentários; mas os economistas monetaristas insistiam em sua explicação monetária. Atualmente, ainda no Brasil, a política de crescimento com poupança externa e as taxas de juro extremamente alta, além de uma doença holandesa não neutralizada, tornam a taxa de câmbio altamente sobrevalorizada e provocam uma gradual desindustrialização; no entanto, apesar das evidências de que déficits em conta corrente não provocam o crescimento, e apesar de os números mostrarem o prematuro encolhimento da participação da indústria de transformação no PIB, os economistas ortodoxos continuam a recomendar o crescimento com poupança externa, desconsideram o nível elevado da taxa de juros e ignoram a doença holandesa.

Os métodos hipotético-dedutivo e histórico-dedutivo

A crítica correta e definitiva do modelo do equilíbrio geral e da macroeconomia das expectativas racionais não é empírica, mas metodológica. Na medida em que a teoria econômica neoclássica usa um método inadequado, o resultado é necessariamente incorreto. Desenvolvi essa crítica metodológica mais exaustivamente em um recente artigo Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica (Bresser-Pereira 2009). Há dois métodos científicos básicos, o hipotético-dedutivo e o histórico-dedutivo, que correspondem a dois tipos de ciência: as ciências metodológicas, que não têm outro objetivo senão ajudar a pensar (como a matemática, a econometria e a teoria da tomada de decisões econômicas), e as ciências substantivas, que têm um objeto ou um sistema para explicar, e devem ser subdivididas em dois tipos, a saber, as ciências naturais e as ciências sociais. Ambas as ciências substantivas deveriam ser estudadas empiricamente; os cientistas teoricamente usam o método científico, que parte da definição de hipóteses que são posteriormente testadas no mundo real. Se a observação da realidade permitir ao cientista inferir regularidades e tendências que confirmem razoavelmente suas hipóteses, ele poderá definir conceitos e fazer as primeiras generalizações ou “leis”, deduzir a partir delas generalizações de segundo e terceiro nível, e assim aos poucos construir uma ciência.

Na ciência natural, esse método empírico-dedutivo tem sido altamente vitorioso; nas ciências sociais, como a economia, tem tido menos sucesso, por motivos bem conhecidos: porque, ao contrário dos átomos ou células, os indi-

víduos são livres e, portanto, imprevisíveis; porque eles aprendem e mudam seu comportamento; porque as instituições também mudam seu comportamento; porque uma incerteza geral permeia o comportamento individual e a análise econômica. Certamente, os indivíduos são racionais, mas considerá-los racionais não os tornam certos ou previsíveis – não somente porque eles agem com base em emoções, ou porque ignoram ou têm conhecimento limitado das consequências de suas ações, mas porque seus objetivos vão além dos ganhos imediatos. São razoavelmente racionais, mas não otimizadores racionais; são tomadores de decisões racionais – homens e mulheres que fazem escolhas na incerteza.

Se os agentes econômicos são tomadores de decisões racionais, não otimizadores, não se pode desenvolver uma ciência de modo hipotético-dedutivo, como fazem os matemáticos ou os teóricos da decisão. Se os elementos com que se trabalha forem altamente previsíveis, como no caso dos elementos com que lidam os físicos, o aspecto dedutivo do método empírico-dedutivo poderá ser fortalecido. É por isso que a física teórica é um ramo bem-sucedido da física. Mas quando estão envolvidos seres humanos, o método hipotético-dedutivo é definitivamente inaceitável. Ele permite modelos matemáticos, modelos que parecem muito mais precisos, mas que de fato são apenas uma ilusão, uma maneira de satisfazer nossa arrogância, uma maneira de restringir o conhecimento a uma elite, um mecanismo para fazer com que você pareça um verdadeiro cientista. Esses modelos não apenas são incapazes de explicar os sistemas econômicos, como também levam ao erro; são ferramentas ideológicas para justificar o liberalismo econômico radical e para rejeitar o indispensável controle do mercado – a condição essencial para fazer com que essa formidável instituição coordenadora que é o mercado funcione bem.

Uma das atividades favoritas do economista neoclássico é identificar falhas de mercado e explicá-las com elegantes modelos formais; essa tem sido uma fonte ilimitada de prêmios Nobel para seus autores. Mas não ajuda muito o economista quando ele tenta entender e analisar um determinado sistema econômico. Ele começa raciocinando a partir do modelo do equilíbrio geral, mas sabe que o modelo não pode ser diretamente aplicado, que é preciso levar em conta a existência de falhas de mercado. Sabe também que deveria abandonar, uma a uma, as hipóteses simplificadoras que estão presentes na teoria do equilíbrio geral. Essa é uma tarefa trabalhosa, cheia de armadilhas. Por essa razão, e também porque, no fundo, não acredita que seja realmente necessário se afastar de seu querido equilíbrio geral, logo interrompe o exercício e volta para a teoria. Porque foi assim que ele aprendeu a raciocinar. Porque somente assim as coisas ficam no seu devido lugar e os fenômenos econômicos podem ser organizados e examinados do modo que ele compreende. A alternativa é fazer o que faz o economista heterodoxo

competente. É começar sua análise do sistema econômico assumindo que se trata de um sistema social concreto, com uma história, e usar modelos mais modestos e menos abrangentes para compreendê-lo. É partir de um modelo que inclui as falhas de mercado. Essa também é uma tarefa trabalhosa que poucos economistas heterodoxos são capazes de realizar bem. Mas o fato de não precisarem descartar raciocínios econômicos enganosos antes de analisar cada sistema econômico real trabalha a seu favor.

A alternativa

Keynes compreendeu bem as armadilhas das teorias baseadas no *homo economicus*. Quando se referiu aos “espíritos animais” dos empresários, ele estava dizendo que eles tomam decisões, que fazem escolhas na incerteza, levando em conta não apenas seus interesses econômicos, mas também sua inclinação para investir e crescer. Quando enfatizou o papel da incerteza na economia, ele estava rejeitando as previsões “precisas” que decorrem do raciocínio hipotético-dedutivo. Quando Hyman Minsky (1975) colocou a incerteza no centro de sua análise keynesiana das crises financeiras, ele estava confirmando essa visão. Quando Paul Davidson (1982 [1992]: 65) critica a macroeconomia das expectativas racionais porque o processo econômico é “não ergódico”, ele está em última instância criticando os pressupostos das expectativas racionais:

Essas expectativas geram previsões eficientes e imparciais, que não exibem nenhum erro persistente quando comparadas a resultados reais no decorrer do tempo e, assim, essa informação existe e está disponível para ser processada por todos os tomadores de decisão. Essa informação, constituída basicamente de dados quantitativos em série temporal, presume-se que seja uma realização finita de um processo estocástico; a partir desses dados, pode ser estimada a distribuição da probabilidade de resultados reais hoje e para todas as datas futuras.

Tudo isso seria ótimo se os processos estocásticos fossem ergódicos: se suas propriedades estatísticas, como média e variância, pudessem ser deduzidas a partir de uma amostra isolada e suficientemente longa. Na verdade, Davidson argumenta, isso não ocorre: eles são não ergódicos. Ações econômicas e sociais podem se tornar ergódicas somente como consequência da ilegítima adoção do método hipotético-dedutivo.

Se devemos rejeitar a teoria econômica neoclássica por ser uma tentativa equivocada de aplicar o método hipotético-dedutivo a uma ciência social, por ser apenas uma fantasia, qual é a alternativa? Certamente, não outra ortodoxia: não uma ortodoxia keynesiana, ou uma ortodoxia marxiana, ou uma ortodoxia estruturalista. Nas ciências substantivas, e em particular nas ciências sociais, não há espaço para ortodoxias. Elas são erradas por definição, porque admitem apenas uma abordagem de uma realidade complexa que deve ser vista e analisada a partir de diferentes pontos de vista. Em lugar de ortodoxia, é necessária uma teoria econômica heterodoxa ou pluralista: não um produto do método hipotético-dedutivo, mas do método histórico-dedutivo. Mas isso não significa relativismo (tudo é aceitável) ou simples pragmatismo (tudo que funcione), mas uma boa reflexão pragmática, que valoriza a teoria e acredita na possibilidade da verdade. O economista necessita de um amplo arcabouço teórico, como o desenvolvido pelos economistas mercantilistas e clássicos, para entender o desenvolvimento capitalista – um arcabouço para o qual as contribuições fundamentais foram feitas por Adam Smith, Marx e Schumpeter. O economista também necessita de outro amplo arcabouço para entender o ciclo de negócios e a política macroeconômica, semelhante ao de Keynes e Kalecki. Estes cinco grandes economistas não deduziram seus modelos sentados em suas poltronas. Ao contrário, eles as construíram usando o método histórico-dedutivo. No século XVIII, Adam Smith percebeu que algumas importantes mudanças econômicas estavam tornando a Inglaterra mais rica do que a China, e conseguiu explicar por que e como distinguir riqueza patrimonial da riqueza oriunda da produção. Marx, quase cem anos depois, entendeu plenamente a revolução capitalista e foi capaz de elaborar um importante modelo de desenvolvimento capitalista baseado na acumulação de capital e no progresso técnico. Schumpeter distinguiu os capitalistas não ativos, ou rentistas, dos capitalistas ativos, como Marx tinha feito, chamou estes últimos de “empresários” e lhes atribuiu um papel central na realização dos lucros, na inovação e no crescimento econômico. Kalecki e Keynes analisaram as ricas economias nacionais após a Primeira Guerra Mundial, reconheceram sua instabilidade intrínseca e propuseram uma nova abordagem para compreender os sistemas macroeconômicos com base na observação dos agregados econômicos.

Os arcabouços teóricos desenvolvidos por esses grandes economistas eram histórico-dedutivos. São arcabouços abrangentes e esclarecedores que abriram caminho para a análise econômica de sistemas econômicos específicos e históricos. São arcabouços históricos, porque são baseados na observação, porque resultam da definição de conceitos e da confirmação de regularidades e tendências: nem todos são conceitos amplamente definidos ou aritmomórficos, mas, como observou Georgescu-Roegen (1971), são em grande parte – os mais relevantes deles

– conceitos dialéticos, abertos a diferentes interpretações. Tais arcabouços pressupõem a existência de regularidades e tendências que lhes permitem construir modelos, mas não fortes regularidades, não tendências definitivas. Modelos que, como Sheila Dow (1996) propôs e Victoria Chick (2004) aplicou à Teoria Geral de Keynes, precisam ser tão abertos quanto os sistemas econômicos que procuram retratar. Não devem ter por objetivo incluir todas as variáveis necessárias, porque o pesquisador sabe que isso é impossível. Mais do que isso: porque é perigoso e arrogante reduzir a realidade social a modelos fechados.

Será que isso significa que a economia não é uma ciência, mas apenas uma das humanidades, para as quais só é possível a interpretação (o método hermenêutico)? Não há uma resposta simples a essa questão. O que estou sugerindo é que, nas ciências sociais, o método hermenêutico e, ainda mais, o método dialético são muito úteis. O método científico, a formulação de hipóteses verificáveis seguida pela comprovação empírica, é viável e proveitoso nas ciências sociais, mas não tanto quanto nas ciências naturais. Por outro lado, são necessários tanto a interpretação cuidadosa de fatos que podem significar várias coisas, como o uso cuidadoso de conceitos que nunca são tão claros e definidos como gostaríamos, mas que são dialéticos. Fatos e conceitos que costumam ser contraditórios. Isso é verdade, sobretudo na economia, porque todas as ações envolvem ganhos e perdas, compensações, de tal forma que não conseguimos nunca avaliar todas as possibilidades. O investimento aparentemente exige poupança prévia, mas na medida em que você investe, aumenta sua poupança. A curto prazo, uma valorização da moeda estimula o investimento na produção de bens de consumo, na medida em que os salários aumentam em termos reais, mas imediatamente depois ela prejudica o investimento em bens comercializáveis, porque reduz a competitividade. A expansão fiscal pode ajudar a recuperação econômica ou apenas causar inflação, dependendo do momento em que for implementada. Os agentes econômicos agem racionalmente nos mercados, ou tentam fazê-lo, mas nunca atingem a completa racionalidade. Não há apenas uma verdade, mas várias verdades, dependendo do momento, das circunstâncias, do ponto de vista a partir do qual se olham as coisas, e dos objetivos.

O resultado de tudo isso é que a economia é ou deveria ser uma ciência modesta – uma ciência comprometida com a verdade, mas cujos participantes sabem bem que nunca poderão estar certos de tê-la alcançado. É uma ciência onde a lógica da justificação deve ser observada, mas onde a lógica da descoberta é mais importante ou mais necessária. Uma das razões pelas quais o método científico é limitado é que estão sempre ocorrendo fatos econômicos novos, exigindo novas teorias para explicá-los. Essa é a razão pela qual é necessário combinar o método histórico-dedutivo com o método dos fatos históricos novos. Os modelos existen-

tes podem ser capazes de explicar alguns fenômenos como a inflação, por exemplo, mas, em dado momento, um fato histórico novo ocorre – por exemplo, os agentes começam a indexar preços formal e informalmente – e esse fato histórico novo exige uma nova teoria – a teoria da inflação inercial – para explicá-lo.

Os economistas podem achar que essa visão é frustrante. Eles gostariam de dominar um tipo de conhecimento mais sólido. Um conhecimento que tenha um começo, um meio e um fim, onde causas e efeitos estejam bem definidos, onde todas as variáveis relevantes tenham sido levadas em conta; um conhecimento que possa ser expresso com precisão pela matemática. Mas essa é uma ilusão platônica. Como Paul Krugman observou (2009):

Do meu ponto de vista, os economistas se desviaram do caminho porque, como grupo, confundiram a beleza, vestida de uma matemática vistosa, com a verdade... Mas o que é quase certo é que os economistas terão de aprender a viver com a desordem. Ou seja, terão de reconhecer a importância do comportamento irracional e muitas vezes imprevisível, enfrentar as imperfeições frequentemente idiossincráticas dos mercados e aceitar que uma elegante “teoria econômica de tudo” está muito distante.

Chamo a alternativa à teoria econômica neoclássica que estou apresentando de “teoria econômica keynesiano-estruturalista”. Não a chamo apenas de “keynesiana” ou pós-keynesiana, porque em Keynes não há teoria do desenvolvimento econômico; eu a chamo de “estruturalista” porque o desenvolvimento econômico envolve um processo de mudança estrutural que começa com a revolução capitalista de cada país, e porque as sociedades capitalistas são mais bem compreendidas em termos de sua estrutura como sendo formadas por três instâncias inter-relacionadas e em permanente mudança: a econômica, a institucional e a ideológica. A relação entre essas três instâncias não é simplesmente de causa e efeito, mas é uma relação dialética que deve ser vista historicamente: nos primeiros períodos do desenvolvimento econômico, a instância econômica tende a prevalecer sobre as outras duas mas, à medida que a instituição fundamental das sociedades capitalistas – o Estado moderno – se forma, o papel das ideias e das instituições aumenta.

A teoria econômica keynesiano-estruturalista é institucionalista. Não neo-institucionalista, tentando deduzir organizações dos custos de transação, mas institucionalista antiga ou clássica ou histórica, como eram a escola histórica alemã do século XIX e, no começo do século XX, a escola institucionalista norte-americana. Como enfatiza Geoffrey Hodgson (2001), o antigo institucionalismo não é e não deve ser totalmente abrangente. Essas duas escolas de pensamento eram

abertamente institucionalistas; a economia política de Smith, Marx e Keynes era implicitamente institucionalista na medida em que esses economistas pensavam em termos históricos. De acordo com a abordagem keynesiano-estrutural, as instituições correspondem à estrutura econômica da sociedade, mas essa correspondência é suficientemente frouxa para deixar espaço para a formulação de políticas ou para a reforma institucional. As instituições obviamente têm importância, porque são criadas e reformadas para mudar os comportamentos. Na medida em que as sociedades modernas ampliam a capacidade do Estado, tornando o sistema jurídico mais legítimo e a administração pública mais eficaz e eficiente, o poder da política democrática de reformar as instituições aumenta.

As três escolas de pensamento que, antes de Keynes, eram estruturalistas ou históricas e institucionalistas (o marxismo, a escola histórica alemã e a escola institucionalista norte-americana) sofreram de uma limitação: não eram suficientemente abstratas ou gerais para refutar o argumento neoclássico de que não eram científicas. De fato, o método histórico-dedutivo que usavam não é suscetível de muita formalização. Keynes e Kalecki fizeram um grande esforço para superar essa limitação, construindo um arcabouço extraordinariamente geral para compreender os sistemas econômicos, mas não “resolveram” o problema porque, tendo em vista o método que usaram, somente a generalização e a formalização limitadas eram possíveis e necessárias. Foi provavelmente porque Keynes compreendeu a força e a generalidade de suas ideias que ele chamou sua teoria de “a teoria geral”, embora soubesse que não era tão geral quanto o modelo do equilíbrio geral.

A teoria econômica pós-keynesiano-estruturalista (ou qualquer nome que dermos ao novo pensamento dominante que é necessário) é uma abordagem da economia que está permanentemente mudando, porque a sociedade está permanentemente mudando – porque fatos históricos novos estão ocorrendo, porque novas instituições estão sendo geradas. É por essa razão, e em razão da natureza contraditória da maioria das variáveis, que a teoria econômica precisa reconhecer que o método histórico-dedutivo, dialético e hermenêutico é tão necessário. E também porque esse método é mais pertinente à lógica da descoberta, na medida em que são sempre necessárias novas hipóteses para responder a fatos históricos novos.

Tudo isso corresponde a uma abordagem pragmática. Não pragmatismo em termos vulgares, mas em termos do pragmatismo histórico de Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey – um pragmatismo que diz “não” tanto ao simples positivismo como ao platonismo; um pragmatismo que não é relativista porque acredita na possibilidade do avanço da ciência, mas que, ao lidar com as ciências substantivas, não tem como critério de verdade nem a confirmação

empírica positivista das relações de causa e efeito, nem a consistência lógica que os platonistas reivindicam e com a qual se satisfazem. Em lugar disso, a abordagem pragmática quer modelos que funcionem, modelos que sejam explicativos e, principalmente, que tenham capacidade de previsão; quer análises abrangentes e estudos de simulação baseados em simples relações econômicas que não buscam ser absolutamente verdadeiros, mas sim modestamente verdadeiros e práticos, para oferecer previsões geralmente razoáveis.

Resumindo, a alternativa à teoria econômica neoclássica é um conjunto de modelos ou teorias abertos e relativamente coerentes que esperamos sejam verdadeiros, mesmo sabendo que a verdade é evasiva em sistemas econômicos altamente complexos e em permanente mudança. É o produto de um método histórico-dedutivo, pragmático, dialético e hermenêutico que desenvolve modelos que são precários porque não definitivos, mas úteis porque fornecem previsões razoáveis e orientam a formulação de políticas.

De acordo com essa visão, o economista que examina um sistema econômico é como o médico examinando um paciente. Deve examinar o problema cuidadosamente, pedir exames, levar em consideração as diversas teorias possíveis que explicam os sintomas, e finalmente tomar uma decisão que será tão incerta, tão complexa e tão difícil de avaliar quanto a doença do paciente. A única diferença é que a medicina é uma ciência consideravelmente mais desenvolvida do que a economia. Sob diversos pontos de vista, a economia está mais próxima das humanidades do que das ciências naturais.

Pensamento dominante?

Os economistas heterodoxos competentes – economistas que têm a mente aberta e rejeitam todas as ortodoxias – estão novamente aptos a pertencer ao pensamento dominante. Quando digo isso, a maioria dos meus amigos de profissão expressa dúvidas. O núcleo neoclássico não poderia ser erradicado na medida em que os departamentos de economia das grandes universidades se identificam com ele. Mas a teoria econômica keynesiana e a teoria estruturalista do desenvolvimento econômico constituíram o pensamento dominante entre os anos 1950 e 1970. Por que não mais uma vez? Por que uma heterodoxia modesta e pragmática não poderia substituir uma ortodoxia arrogante e equivocada? O colapso financeiro de 2008 e a recessão de longo prazo que se seguiu a ele representam uma grande oportunidade para a teoria econômica keynesiano-estruturalista. No apogeu da crise houve um retorno geral a Keynes e Minsky por parte dos formuladores de políticas e analistas. Hoje em dia há um consenso no

sentido de que a crise não foi tão profunda como poderia ter sido porque foram adotadas políticas keynesianas.

O pensamento econômico dominante se mantém porque continua a ser empregado nas universidades e na formulação de políticas. Um novo pensamento econômico dominante precisa fazer sentido para os cidadãos – não apenas para os economistas mas também para os empresários, políticos, intelectuais, líderes trabalhistas, jornalistas e para a classe média. Quando os economistas heterodoxos forem capazes de construir um modelo modesto, mas realista, da economia sob análise, e propor um conjunto de políticas coerentes e exequíveis, eles se mostrarão mais eficazes e mais sérios do que o modelo e as políticas ortodoxos correspondentes.

Dos dois bastiões do pensamento dominante – a formulação de políticas e a universidade – o primeiro a ser conquistado é o societal ou o da formulação de políticas. Atualmente, a sociedade civil – a sociedade politicamente orientada – está muito mais aberta a teorias e políticas econômicas alternativas do que a universidade. Isso acontece essencialmente porque em todos os países ricos e na maioria dos países de renda média a sociedade civil é aberta e democrática. O mesmo não se aplica aos departamentos de economia nas grandes universidades desses países. Eles são autorreferentes, fechados ao restante da sociedade. Na medida em que a teoria econômica neoclássica é uma teoria matemática, presume-se que seja exclusiva e absolutamente correta. Isso torna muitos de seus adeptos intolerantes e intrinsecamente autoritários, e explica por que nesses departamentos autorreferentes o pensamento heterodoxo e a discordância de opinião foram banidos. Mais cedo ou mais tarde esse bastião também cairá, ou será mudado de dentro para fora, mas isso só acontecerá depois que o núcleo neoclássico, como o defino aqui, tiver sua importância reduzida e for descartado.

Quando essa mudança finalmente acontecer, os cursos de pós-graduação em economia não se limitarão à apresentação de modelos matemáticos e à econometria. A econometria continuará sendo central, mas, além disso, os doutorandos em economia discutirão escolas de pensamento econômico e os assuntos que estiverem na fronteira da pesquisa econômica, e adotarão amplamente o método de caso. Quando não se dispõe de uma ciência precisa, o método de caso é um ótimo método para compreender os sistemas econômicos, para ensinar e pensar sobre economia.

O pensamento econômico heterodoxo pode novamente se tornar dominante, mas nem todos os economistas heterodoxos. Assim como há um grande número de macroeconomistas ortodoxos incompetentes, também há muitos macroecono-

mistas heterodoxos incompetentes. Além disso, entre os economistas heterodoxos competentes, um número razoável nasceu para criticar, não para construir modelos e desenvolver políticas. Para eles é difícil fazer parte do pensamento dominante.

O obstáculo fundamental com que se defrontam os economistas heterodoxos para se tornarem dominantes é de natureza interna e política. Geralmente os economistas heterodoxos são, em certa medida, de esquerda. Quanto mais forem de esquerda, maior será a dificuldade que enfrentam para dizer coisas que façam sentido para as elites políticas e empresariais, das quais dependerá a aplicação das políticas que propõem. Trinta anos atrás, Michel Rocard, o notável político do Partido Socialista francês, declarou: “o desafio que os socialistas enfrentam é serem mais competentes para dirigir o capitalismo do que os capitalistas.” E para isso é necessário fazer compromissos, nos termos de Max Weber, adotar a ética da responsabilidade em lugar da ética da convicção. Isso não será necessário em relação à teoria, mas sim em relação à formulação de políticas. O novo pensamento dominante deve se comprometer com o pleno emprego, com o crescimento com estabilidade financeira e de preços, e com a redução da desigualdade econômica. Mas esses objetivos terão de ser perseguidos com prudência e com responsabilidade fiscal e cambial.

Referências

BLINDER, Alan S. *Central Banks in Theory and Practice*. Cambridge, MA: MIT Press. 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The two methods and the hard core of economics. *Journal of Post Keynesian Economics*. 2009, 31 (3): 493–22.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. *Brazilian Journal of Political Economy*. 2011, 31 (3): 493-502.

BUITER, Willem. The irrelevance of most ‘state of the art’ academic monetary policy. In *Vox Research Based Policy*. 2009 (<http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3210>). Originalmente publicado em *Maverecon*, em 3 de fevereiro.

CHICK, Victoria. On open systems. *Brazilian Journal of Political Economy*. 2004, 24(1): 3-16.

COLANDER, David. The death of neoclassical economics. *Journal of the History of Economic Thought*. 2000, 22 (2): 127–43.

DAVIDSON, Paul. *International Money and the Real World*. New York: St. Martin's Press. 2nd. edition, 1982 [1992].

DAVIS, John B. Turn and return of orthodoxy in recent economics. University of Amsterdam. 2007. Disponível em http://www.hisreco.org/assets/pdf/2007/12_Davis.pdf.

DOW, Sheila C. *The Methodology of Macroeconomic Thought*. Cheltenham: Edward Elgar. 1996.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1971.

HODGSON, Geoffrey M. *How Economics Forgot History*. London: Routledge. 2001.

KOCHERLAKOTA, Narayana. Modern macroeconomic models as tools for economic policy. The Federal Reserve of Minneapolis. 2010. Acesso em maio de 2010.

KRUGMAN, Paul. *Development, Geography and Economic Theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

KRUGMAN, Paul. How did economists get it so wrong? *The New York Times*, September 6, 2009.

MANKIWI, N. Gregory. The macroeconomist as scientist and engineer. *Journal of Economic Perspectives*. 2006, 20 (4): 29–46.

MILBERG, William. After the 'New Economics', a pragmatist turn? American Institute for Economic Research. Paper, 2004.

MINSKY, Hyman P. *John Maynard Keynes*. New York: Columbia University Press. 1975.

MURPHY, Kevin M.; SHLEIFER Andrei; VISHNY, Robert W. Industrialization and the Big Push. *Journal of Political Economy*. 1989, 97 (5): 1003–26.

ROBBINS, Lionel. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: Macmillan and Auburn and Mises Institute. 1932 [2007].

ROMER, Paul. Increasing returns and long run growth. *Journal of Political Economy*. 94 (5) 1986 (October): 1002–37.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. Problems of Industrialization in Eastern Europe and South-Eastern Europe. *Economic Journal*. 53 1943 (June): 202–11.